

Transparência

Um dos requisitos essenciais de uma administração pública é a transparência. A ausência de mistérios e segredos no gerenciamento do dinheiro dos cidadãos é uma condição fundamental para caracterizar como democrático qualquer governo. No Brasil, onde está patente a falta de uma tradição democrática e é forte a resistência à implantação da cidadania, é comum os administradores municipais, estaduais e federais instruírem seus técnicos fazendários no sentido de manter em sigilo as contas do Estado. Outro vício herdado dos governos militares é a manipulação dos índices e dos dados contábeis com o objetivo de fabricar déficits que justifiquem medidas econômicas amargas, trata-se de encobrir decisões políticas com o discurso da necessidade técnica. Não é difícil perceber que o segredo em torno das contas públicas serve ainda para facilitar e proliferar a corrupção. O Tesouro Nacional, por exemplo, vem segurando e atrasando sistematicamente as informações sobre as contas do governo a cada mês. Tudo isto se faz, é bom acrescentar, graças à convivência dos Tribunais de Contas que, muitas vezes, deixam de exercer o seu papel de fiscal ou o fazem de forma política.

Aliás estas práticas não ficam restritas ao setor público, muitas empresas privadas, como se sabe, incorporaram o vício de esconder e manipular os números da sua contabilidade com o intuito de sonegar impostos, no que são amplamente favorecidas pela débil legislação tributária brasileira.

Diante de tudo isto é com satisfação que esta Folha e, com certeza, a comunidade de Campo Largo, constata o esforço de transparência da administração do prefeito Emídio

Isonomia é dever de Justiça

A proposta do Governo do Estado sobre a isonomia salarial dos servidores públicos, hoje transformada em lei pela Assembleia Legislativa, trata de uma polêmica. Não se trata de medida que o governo tomou para prejudicar interesses, como pensam alguns, nem tem por objetivo comprimir os salários dos servidores públicos, como imaginam outros. A questão ultrapassa o horizonte das medidas pragmáticas e encontra seu fundamento na Ética e na Moral.

A palavra "isonomia" vem do grego (isos=igual; nomos=lei) e significa "uma regra igual para todos", uma "norma comum". Vincula-se, portanto, ao conceito democrático da igualdade fundamental entre as pessoas e deve permear o conjunto das relações que elas estabelecem entre si e com o mundo. O trabalho, ação tipicamente humana, através da qual os homens modificam a realidade e a humanizam, não poderia deixar de ser embasado por esse princípio. A isonomia não é uma mera questão de apego à lei. Sem dúvida, a Constituição Federal é clara. No art. 7.º, ao estabelecer os direitos dos trabalhadores, proíbe a "distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos" (XXXII), bem como a "diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão" em virtude de discriminação de sexo, idade, cor ou estado civil (XXX).

O princípio de que ao trabalho igual deve ser pago salário igual não é decorrente de uma visão legalista. É, antes de mais nada, uma questão moral e de justiça. Estabelecer distinções e criar discriminações que separam os seres humanos em castas, criando mecanismos fortemente seletivos (e, portanto, excludentes) em função do "poder de fogo" social de determinados segmentos. Uma sociedade estabelecida em bases democráticas e que tem por meta a justiça não pode tolerar que, enquanto alguns "castas", em função de estratificações historicamente consolidadas, garantam para si salários bons, firmes e dignos, enquanto os demais trabalhadores recebem salários inferiores. É exatamente isto que vem acontecendo com o Aparelho Estatal na sociedade brasileira. Historicamente fascinada pelo "bacharel", nossa sociedade foi constituindo um aparelho burocrático

fortemente ligado aos bacharéis em Direito, fato que tem sua explicação sociológica, mas que hoje, numa sociedade tecnologicamente diferenciada, não tem mais razão de ser. Desta forma, os estatutos ligados ao Direito consolidaram salários e garantias por possuírem ou darem suporte ao Poder, deixando numa situação desvantajosa os demais estamentos do funcionalismo público.

É interessante notar que essa mesma situação não se reproduz na iniciativa privada que, impelida pelas necessidades do mercado e da lógica da competição, rompeu os liames das corporações burocráticas. Se um advogado, na iniciativa privada, é bem remunerado, por prestar um serviço de relevância, os demais setores também o são, inclusive os de mão-de-obra com formação básica. O que a iniciativa privada faz, motivada pela lógica do lucro, o Estado deve fazer impedido pela ética da Justiça. O dinheiro do Estado é um só. A determinação constitucional que limita em 65% os gastos com pessoal (DT 38) não é arbitrária; ela aponta para a necessidade de os administradores públicos atentarem que o Tesouro não pode simplesmente sustentar uma máquina administrativa, mas deve "funcionar", ou seja, realizar as ações que dão razão à sua existência. Assim sendo, é evidente que, se uma categoria alcança uma posição privilegiada, com altos salários, isto só é conseguido pela marginalização e excludência dos demais setores. Isonomia não significa, portanto, "nivelar" para cumprir a lei. Significa valorizar o trabalho de cada servidor público, desde a merendeira que prepara o lanche de nossas crianças nas escolas até os juizes que têm a responsabilidade de administrar justiça à população. Cabe ao governo garantir que a participação de todas seja valorizada, tomando as medidas para que a Justiça Salarial seja uma realidade, e não apenas uma "boa intenção". É isto que queremos fazer através da isonomia salarial, que não é medida contra esta ou aquela categoria, mas norma de justiça a favor de todos os funcionários públicos do Paraná.

Roberto Requião, advogado, jornalista e governador do Paraná.

Alça de Mira

Uma de sugestões pode trazer surpresas

A Uma de Sugestões, aberta na última quarta-feira na Câmara Municipal, pode trazer surpresas para os vereadores e membros do Poder Executivo Municipal. Criada pela Resolução 002/93 do Legislativo, a Uma pode tornar-se um excelente veículo de comunicação da sociedade com os poderes Legislativo e Executivo. Críticas e sugestões são parâmetros através dos quais todos os homens públicos deveriam se orientar. A população precisa prestigiar, escrevendo para a Uma onde, na maioria das vezes não é necessário se identificar.

III Feira da Louça

A III Feira da Louça, que se realizará em setembro próximo, está tendo grande repercussão no mercado, principalmente fora de Campo Largo. Indústrias de Santa Catarina e de São Paulo já confirmaram presença, garantindo êxito nacional do evento. Enquanto isso, alguns empresários que estão em Campo Largo há anos, fazem de conta que estão ignorando o evento. Pior para eles. Enquanto isso, indústrias de outros estados estão de olho no grande filão e já demonstram interesse, inclusive de se instalarem na região. Vai daí, quem deixar o tempo passar pode acabar perdendo o trem da História.

Sinalização na BR

Assunto lembrado pela vereadora Fideclina Rocha, na última sessão da Câmara Municipal, merece atenção de toda a sociedade: a necessidade de sinalização da BR-277, no trecho que atravessa o perímetro urbano de Campo Largo. Em primeiro lugar, Campo Largo precisa exigir, dos governos estadual e federal, obras de conservação da rodovia, cujos buracos são responsáveis por inúmeros acidentes. Obras de maior envergadura e sinalização são necessárias há bastante tempo, na rodovia que traz a vida e, muitas vezes, a morte para Campo Largo.

De olho em 94

Alguns vereadores já estão de olho no exercício de 94, uma vez que em 93, tudo o que era possível fazer já foi feito, ou está sendo feito ou está programado para o segundo semestre. Portanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 94, que tramita pela Câmara Municipal, passa a ter a atenção de todos. Dentre as emendas propostas até agora, estão a viabilização de uma nova área para instalação da Câmara Municipal, cujo prédio atual é considerado pequeno, para que o Legislativo possa exercer as suas atividades constitucionais, e o desenvolvimento de programa de incentivo à Piscicultura.

Reajuste mensal

A Câmara Federal aprovou, na última quarta-feira (23), o reajuste mensal para os salários, com um ganho real de 3% para o salário Mínimo. O reajuste aprovado pela Câmara é automático para a faixa de até 20 milhões (66 milhões de Cruzeiros). A matéria vai, agora, à discussão e votação no Senado. Se aprovado Itamar pode vetar. Se o presidente vetar, o Congresso pode derrubar o veto. Mas esta é outra outra história.

Dinomania

Os grandes monstros do período Jurássico tomam conta das telas de televisão, dos "out-doors" e, principalmente das telas dos cinemas (nos próximos dias). A Dinomania ou Dinossauromania, toma conta de todos, adultos e crianças, depois que o gênio Spielberg resolveu recriar os sauros. Os campolargueses não poderão ver em sua cidade, esses fenômenos, pela falta de uma sala comercial de projeções. Quem quiser viver o fenômeno que toma conta do mundo, terá que ir à Curitiba, nas próximas semanas. Esses animais viveram na Terra há mais de 120 milhões de anos e só agora a humanidade pode ver, através do cinema, como eles eram, na realidade. Dizem que os mamíferos nasceram de uma sub-espécie, um falso dinossauro, o Dimetrodonte.

Reformas em casa

Um bom trabalho está sendo realizado pelo pessoal da Secretaria de Viação e Obras. Há não muito tempo, as reformas de veículos eram feitas, invariavelmente, numa mesma empresa privada. O Município dispndia volumes altíssimos, para a manutenção da sua frota. Desde que assumiu a Secretaria de Obras, Lourival Netzel vem defendendo a manutenção dentro de seus limites. Para ele, é importante que o pessoal da Prefeitura, que é qualificado para a tarefa, possa efetuar os reparos necessários na frota, nas oficinas próprias do município. Isso reduz o custo e garante transparência nas operações de compra de peças e serviços.

PSD em Campo Largo

Após a última campanha política, para a Prefeitura e Câmara Municipal, a equipe

Produção de frutas é uma ótima opção em C. Largo

Alguns agricultores de Campo Largo já descobriram a fruticultura como uma das melhores opções de produção, do Município. Alguns pomares, entretanto, são implantados sem apoio técnico, podendo causar prejuízos aos produtores. O técnico agrícola Dirlei Edson dos Reis, da Emater, vem efetuando um minucioso trabalho junto aos produtores de frutas do Município, com o objetivo de recuperar pomares e aumentar a produção.

O pomar de propriedade de Alexo Dranka, na Colônia Cristina, é mostrado pelo técnico como exemplo de um trabalho feito dentro dos cuidados e da orientação técnica adequada. "A produção é das maiores do Município, neste pomar", explicou ele. Os 500 pés de pessegueiros de variedade diferentes, ameixa e nectarina produzem, anualmente, mais de 650 caixas de frutas. Ele acrescenta, ainda, que essa produtividade só é possível com cuidados especiais, desde o preparo da terra ao plantio e, posteriormente, durante todo o ano.

Cuidados — Reis explicou que a escolha da área e o preparo das covas e das mudas, é muito importante para que as plantas possam se desenvolver sem problemas. Além dos cuidados com o aparecimento de doenças, ele alerta para a necessidade do tratamento de inverno, a poda de produção, que deve ser feita no tempo certo, de acordo com as necessidades de cada árvore. Também nesse período é importante se observar a necessidade de adubação, principalmente com fósforo, que a planta absorve mais lentamente.

No Itaquí, Reis mostrou um pomar que estava sendo cuidado de maneira errada. As árvores estão muito altas e a produção reduzida. De imediato ele mostrou à proprietária, Marlene Andreassa que o seu pomar estava produzindo pouco porque as árvores estavam preocupadas apenas em crescer. Após a primeira poda orientada por ele o tratamento contra doenças, ano passado o pomar começou a reagir. Atualmente está sendo efetuada a segunda poda. As árvores ainda estão muito altas e em algumas, se a poda não for

O que você acha do reajuste mensal para os salários?

Adilson Antonio Manfron — Comerciante: "Eu acho que melhoraria com o reajuste sendo dado aos salários todo mês. Para o comércio ajuda muito que os trabalhadores tenham seus salários reajustados todo mês, de acordo com a inflação no período, para evitar as perdas que vêm ocorrendo. Eu acho que os deputados estão certos em terem aprovado o reajuste mensal. Agora, quem não vai gostar muito disso são os empresários que costumam não repassar a inflação para os seus trabalhadores".

Antonio Gonçalves — Operário: "Quando a gente vai receber o novo salário, a inflação já comeu a metade do dinheiro. O reajuste do nosso salário é a cada três meses e quando chega no final desse tempo, a gente vê que o dinheiro acaba, vira pó. Se a inflação continuar subindo, é bom ter reajuste mensal. Mas, o bom mesmo seria se a inflação parasse. Bom mesmo é que não tivesse mais inflação".

Francisco Ferreira dos Santos — Autônomo: "De um jeito eu acho que seria bom, para as coisas melhorarem. Mas acho que tudo vai subir com o reajuste mensal dos salários. Com este aumento mensal dos salários os preços das mercadorias também vão disparar e não vai adiantar nada, a não ser que saia também o congelamento de tudo, salários e preços das mercadorias, principalmente nos supermercados, o preço da comida, por pelo menos uns três meses. Do jeito como está, não tem mais condições, as pessoas trabalham e não tem dinheiro para mais nada".

Antonio Cesar Torres — Diretor Financeiro: "Acho que isso aí é mais uma jogada dos políticos do congresso, pois o Executivo alega que não tem caixa, para poder pagar todos com reajuste mensal. Os políticos que aprovaram a Lei, são os que mais se beneficiam com o "chapéu alheio" dessa votação. Porém, a gente nunca sabe a verdade. O Ministro da Previdência Social, Antonio Brito, já disse que não vai poder pagar, que não tem dinheiro em caixa. Eu acho que o presidente Itamar Franco vai vetar esse reajuste mensal dos salários".

Francisco R. S. Inocêncio — Farmacêutico: "É necessário o reajuste mensal do salário, para fazer frente à inflação, que tem aumentado muito. O salário tem que aumentar de acordo com a inflação. Não acredito que o reajuste mensal, por si só, venha a recuperar de fato o poder de compra dos salários. O reajuste de salários a cada dois ou três meses, não acompanha o índice da inflação, consequentemente o salário do trabalhador vem sendo cada vez mais desvalorizado".



A árvore muito alta pouco ou nada produz. Por isso é importante a poda na época certa.

topete

LiquiFest Junina

Só 5 dias

- ◆ Camisas de veludo, Cr\$ 990.000,
- ◆ Fuseau Cotton, Cr\$ 890.000,
- ◆ Blusas fem. Cotton, Cr\$ 890.000,
- ◆ Calça Di Fiori, Cr\$ 1.590.000,
- ◆ Camisetas manga longa, Cr\$ 499.000,
- ◆ Para pagamentos à vista

Preços válidos de 25 a 30/06/93

Galeria Virginia, loja 102 — Fone: 232.1840

ACERVO HISTÓRICO

Consulte o Departamento Comercial da Folha

Fone: 392.1331

FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-presidente
Germano de Oliveira

Editor:
Luís Augusto Cabral
Reg. Prof. 359/02/81

Redator:
Paulo José Soavinski
Reg. Prof. 0263/02/33

Comércio de Artes Gráficas
Ideias Novas Ltda
Rua Marechal Deodoro, 495
Galeria Virginia, loja 107
Telefax (041) 392-1331
Campo Largo - Paraná
Composição, past-up
e folheto

Comércio de Artes Gráficas
Ideias Novas Ltda
Impressão
Editora Helvética Ltda
Rua Alm. Gonçalves, 1063
Fone (041) 232-0634 ou fax
(041) 223-5905 - Curitiba